



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Notas Explicativas

19.1. Informações Gerais:

O FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO, inscrito no CNPJ nº 01.872.837/0001-93, fundo da administração indireta, do Poder Judiciário, com sede administrativa no Centro Político Administrativo SN, Bosque da Saúde, teve execução orçamentária e financeira, do exercício de 2022, amparadas pela Lei nº 11.666, de 10 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA), esta regida pela Lei 11.549, de 27 de outubro de 2022 (LDO), e pelo decreto estadual nº 1.292 de 15 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício de 2022 e dá outras providências.

As ações do Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS, são agrupadas nas funções determinadas na Portaria Ministerial 42, de abril de 1999: 02 – Judiciária e 28 – Encargos Gerais. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da LC nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

O Balanço do Fundo de Apoio Judiciário - FUNAJURIS, referente ao exercício de 2022, é composto pelo Balanço Orçamentário e seus anexos, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Integra também a prestação de contas, o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, que não apresenta movimentação no período.

As demonstrações, em conjunto com as notas explicativas, demonstram de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Todas as demonstrações, exceto as notas explicativas e o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, são elaboradas pelo Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado – FIPLAN, evidenciando os atos e fatos administrativos do FUNAJURIS.

Declaramos que as demonstrações contábeis, incluídas as presentes notas explicativas, estão de acordo com a legislação aplicável à contabilidade e as finanças públicas, bem com as normas brasileiras de contabilidade do setor público e o manual de contabilidade aplicada ao setor público – MCASP, demonstrando de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados.

19.2. Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis

a. RECEITA

A receita, em 2022, em atendimento à portaria 548/2015, está sendo registrada pelo regime de competência conforme cronograma da Secretaria do Tesouro Estadual – STN, e caixa nos casos em que couber. A despesa, quase integralmente, pelo regime de competência, também em conformidade com o cronograma da STN.

b. IMOBILIZADO

O Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS, não possui imobilizado próprio em seus registros.

b. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição, aprovado pela Portaria SNT nº 1131, de 04 de novembro de 2021. Que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, bem como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas aos Princípios de



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Estas notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e imprescindíveis para a compreensão e análise das demonstrações. Evidenciam os critérios utilizados, informações exigidas pela legislação, bem como outras informações não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas citadas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso.

Desde 2021 foi alterada a estrutura do balanço orçamentário sendo adotada, integralmente, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, expressa no manual das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que integra a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, página 495, passando a expurgar no balanço orçamentário não consolidado (órgãos e entidades, por exemplo) as transferências financeiras recebidas e concedidas o que pode gerar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimento, não configurando esse fato irregularidade.

Ainda considerando a alteração no BO, previsto no MCASP, foi incluída uma nota nos balanços orçamentários explicando eventual déficit orçamentário e criado o anexo 5 BO – Transferências recebidas e concedidas, demonstrando o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, buscando dar transparência e proporcional as análises e verificações dos órgãos de controle.

19.3. Informações de suporte e detalhamento dos itens

Balanço Orçamentário:

BO 1. O regime orçamentário adotado para o exercício de 2022 é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, assim a receita é reconhecida, no exercício financeiro, pela arrecadação, regime de caixa, e a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BO 2. No orçamento aprovado as despesas foram apresentadas discriminadas por classificação institucional, funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação.

BO 3. A receita prevista atualizada permaneceu a mesma receita prevista inicial, no montante de **R\$ 306,4** milhões, pois não houve nenhuma abertura de crédito adicional por excesso.

BO 4. A receita total realizada da unidade orçamentária 03601 – Fundo de Apoio ao Judiciário - FUNAJURIS, foi de **R\$ 618,2** milhões, apresentando um excesso de 101,75%, representando em termos nominais **R\$ 311,8** milhões, sendo **R\$ 57,9** milhões na receita tributária, **R\$ 60** milhões na receita patrimonial, **R\$ 128,3** milhões na receita de serviço e **R\$ 65,5** milhões nas outras receitas correntes.

BO 5. Na receita tributária destaca-se o crescimento das taxas judiciais e extrajudiciais nos montantes de **R\$ 8,2** milhões e **49,4** milhões, respectivamente, houve excesso de arrecadação devido a entrada em vigor da nova lei de custas – Lei nº 11.077/2020, em substituição a Lei Estadual nº 7.603,2001, que passou a vigorar a partir de 01/01/2021. Destaque para nova modalidade de cálculos oriundas da nova lei; recuperação de receita oriunda do Protesto e Dívida Ativa; Parcelamento da Custas Processuais; Parcelamento para Dívida dos Interinos das serventias extrajudiciais, através de mutirão.

BO 6. A receita patrimonial foi impulsionada pelo aumento da remuneração de Depósitos bancários de **R\$ 60** milhões, impacto do aumento da SELIC, mudança na modalidade de aplicação e ainda pelo montante de recursos de superávit financeiro em conta.

BO 7. Já as receitas de serviços apresentaram um crescimento em decorrência do aumento de R\$ 128,3 milhões, decorrentes de parcelamento para dívida dos interinos das serventias extrajudiciais, através de mutirão, destacando que o aumento da SELIC também impactou na receita de serviços de depósito judicial.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA- BO					
DESCRIÇÃO	PREVISTA INICIAL	PREVISTA ATUALIZADA	REALIZADA	SALDO	AH%
RECEITA CORRENTE	306.465.910,00	306.465.910,00	618.293.837,00	311.827.927,00	101,75%
Receita Tributária	149.923.700,00	149.923.700,00	207.831.282,91	57.907.582,91	38,62%
Receita Patrimonial	7.428.863,00	7.428.863,00	67.458.891,78	60.030.028,78	808,06%
Receita Serviço	30.984.722,00	30.984.722,00	159.295.667,77	128.310.945,77	414,11%
Outras receitas correntes	118.128.625,00	118.128.625,00	183.707.994,54	65.579.369,54	55,52%
RECEITA TOTAL	306.465.910,00	306.465.910,00	618.293.837,00	311.827.927,00	101,75%

FORNTE: FIPLAN/BO

BO 8. A dotação inicial da despesa foi no montante de **R\$ 286** milhões, tendo sido efetuada um aumento, com abertura de créditos adicionais por superávit financeiro, reconhecido no balanço patrimonial de 2021, de **R\$ 124,5** milhões, totalizando uma dotação atualizada de **R\$ 431** milhões.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA- BO					
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	SALDO	AH%
DESPESA CORRENTE	286.000.910,00	329.764.573,71	294.671.101,29	35.093.472,42	3,03%
Outras Despesas Correntes	286.000.910,00	329.764.573,71	294.671.101,29	35.093.472,42	3,03%
DESPESA DE CAPITAL	20.465.000,00	101.251.336,29	99.104.742,94	2.146.593,35	384,26%
Investimentos	20.465.000,00	101.251.336,29	99.104.742,94	2.146.593,35	384,26%
DESPESA TOTAL	306.465.910,00	431.015.910,00	393.775.844,23	37.240.065,77	28,49%

FORNTE: FIPLAN/BO

BO 9. O acréscimo na dotação inicial de **R\$ 124,5** milhões é composta por abertura de créditos adicionais por superávit financeiro. Houve alteração orçamentária por anulação mas não gerando alteração no montante da dotação atualizada.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DEMONSTRATIVO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	
Crédito Suplementar - Anulação Total/Parcial de dotações	52.518.712,87
FONTE 240	42.170.752,47
FONTE 640	10.347.960,40
(-) Redução	- 52.518.712,87
FONTE 240	- 42.170.752,47
FONTE 640	- 10.347.960,40
Crédito Suplementar - por Superávit Financeiro	124.550.000,00
FONTE 640	124.550.000,00
Total Geral	124.550.000,00

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 10. O crédito adicional suplementar no montante de **R\$ 124,5** milhões foi decorrente de abertura por superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial de 2021, na fonte 640.

BO 11. Do total de crédito adicional aberto por superávit financeiro, somente **R\$ 115,8** milhões foram empenhados, **R\$ 56,6** milhões foram liquidados, tendo sido pago o montante de **R\$ 54,4** milhões, ficando inscrito em RP o montante de **R\$ 61,4** milhões, sendo **R\$ 59,2** milhões em restos a pagar não processados e **R\$ 2,1** milhões em RP processado.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS COM SF			
FONTES	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
640	115.899.308,43	56.635.176,64	54.465.253,94
TOTAL	115.899.308,43	56.635.176,64	54.465.253,94

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 12. Do montante empenhado de **R\$ 393,7** milhões, foi executado com recursos arrecadados no exercício o montante de **R\$ 277,8** milhões e o restante da despesa, executada com base no superávit financeiro, no montante de **R\$ 115,8** milhões. Não houve a reabertura de créditos especiais e extraordinários.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR TIPO DE RECURSOS			
DESCRIÇÃO	RECEITAS DO EXERCÍCIO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	TOTAL GERAL
DESPESAS CORRENTES	252.311.299,44	42.359.801,85	294.671.101,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	252.311.299,44	42.359.801,85	294.671.101,29
DESPESAS DE CAPITAL	25.565.236,36	73.539.506,58	99.104.742,94
INVESTIMENTOS	25.565.236,36	73.539.506,58	99.104.742,94
TOTAL GERAL	277.876.535,80	115.899.308,43	393.775.844,23

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 13. No Estado de Mato Grosso os créditos iniciais e suplementares não estão individualizados na contabilidade. A UO 03601 – Fundo de Apoio ao Judiciário - FUNAJURIS - executou despesas somente por meio de crédito iniciais e suplementares, não tendo aberto créditos especiais ou extraordinários.

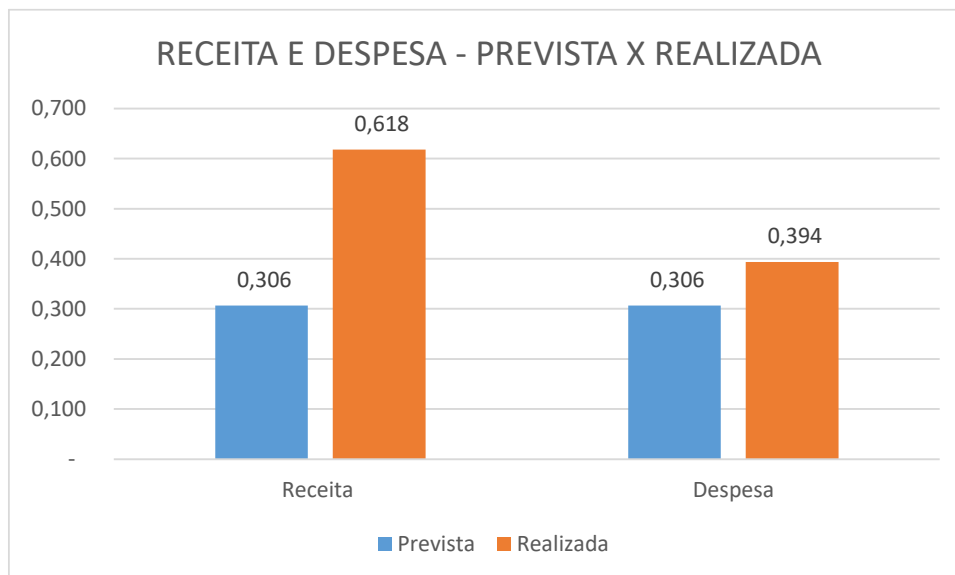
DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO			
DESCRIÇÃO	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
Crédito inicial/suplementar	393.775.844,23	275.695.744,99	266.649.147,61
TOTAL	393.775.844,23	275.695.744,99	266.649.147,61

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BO 14. Em 2022 as receitas realizadas alcançaram um montante de **R\$ 618,2** milhões, tendo apresentado um crescimento de 101,75% em relação a previsão inicial, já a despesa empenhada apresentou crescimento, em relação à dotação inicial de 8.77%, atingindo um montante de **R\$ 393,7** milhões o que gerou um superávit orçamentário de **R\$ 224,5** milhões, conforme evidenciado no Balanço Orçamentário do Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS



FONTE: FIPLAN/BO

BO 15. Os restos a pagar não processados de 2021 e exercícios anteriores, no montante de **R\$ 147,2** milhões tiveram cancelamentos no montante de **R\$ 26,2** milhões e **R\$ 91** milhões foram pagos, ficando um saldo a ser transferido para 2023 no valor de **R\$ 29,8** milhões, conforme anexo 1 do Balanço Orçamentário. Destacando que os RP liquidados em 2022 são transferidos para processados em 2023.

BO 16. Já o montante de **R\$ 15,6** milhões de RP processados foi integralmente pago não restando nenhum valor a ser transferido para 2023, conforme Anexo 2 do Balanço Orçamentário.

BO 17. Não houve realização de receitas intraorçamentárias na unidade orçamentária 03601, porém houve **R\$ 124** mil de empenhos na modalidade intraorçamentária, conforme evidenciado no Anexo 3 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo de Execução das Receitas e Despesas Intraorçamentárias.

BO 18. O FUNAJURIS concedeu destaque orçamentária, no montante de **R\$ 114,3** mil, para a UO 19201 – Fundação Nova Chance, tendo sido empenhado, liquidado e pago o montante de **R\$ 58,3** mil, conforme consta no Anexo 4 – Do Balanço Orçamentário – Demonstrativo das Despesas Orçamentárias Executadas por Destaque.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BO 19. A conciliação do resultado orçamentário com os fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia que ao somar ao resultado orçamentário os restos a pagar pagos e o saldo das transações extraorçamentárias, que impactaram o DFC, e deduzir as despesas empenhadas e não pagas, chega se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do DFC.

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - DFC	
DESCRIÇÃO	VALOR
1 - Resultado Orçamentário	224.517.992,77
2 - Restos a Pagar Inscrito no período - Despesas de 2022 empenhadas e não pagas	127.126.696,62
3 -(-) Restos a Pagar de Exercícios anteriores pagos em 2022	106.729.033,14
4 - Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	1.614.016,03
5 - Outros Pagamentos extraorçamentários - compensações	-
6 - Geração Líquida de Caixa - DFC (6 = 1-2+3-4-5)	246.529.672,28

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

Balanço Financeiro:

BF 1. O Balanço Financeiro evidencia na parte dos ingressos extraorçamentários o movimento credor das contas de ativo e passivo e na parte dos dispêndios extraorçamentários o movimento devedor das contas de ativo e passivo. Essa movimentação, para efeito de expurgar os estornos, e facilitar a elaboração do anexo, é registrada em contas de controle.

BF 2. O resultado financeiro de 2022 foi positivo em **R\$ 246,5** milhões, sendo decorrente do resultado positivo na movimentação orçamentária de **R\$ 224,5** milhões e do resultado positivo da movimentação extraorçamentária de **R\$ 22** milhões.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2022			
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Receita Orçamentária (I)	618.293.837,00	445.282.653,17	38,85%
Despesa Paga (II)	393.775.844,23	306.516.801,39	28,47%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	224.517.992,77	138.765.851,78	61,80%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	-	-	0,00%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	-	-	0,00%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	-	-	0,00%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	398.711.039,43	334.517.713,63	19,19%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	376.699.359,92	265.624.705,00	41,82%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	22.011.679,51	68.893.008,63	-68,05%
Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)	246.529.672,28	207.658.860,41	18,72%

FONTE: FIPLAN/BF

BF 3. A receita orçamentária, de 2022, teve um crescimento, em relação ao exercício de 2021, no montante de **R\$ 173** milhões, correspondendo a 38,85% de crescimento, sendo todo ele referente a recursos ordinários. Já a despesa orçamentária, recursos ordinários, teve um crescimento de **R\$ 87** milhões. Maiores detalhes sobre essas variações nos resultados orçamentários.

BF 4. Os restos a pagar em inscrição, que para efeito do fechamento do balanço financeiro de 2022, consta na coluna de ingressos extraorçamentários, foi no montante de **127,1** milhões, desmembrados em **R\$ 9** milhões de RP processados e **R\$ 118** milhões de RP não processados:

DESPESAS EM PROCESSO DE INSCRIÇÃO EM 31/12/2022			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	8.523.282,23	68.040.010,10	76.563.292,33
Outras Desp. Correntes	8.523.282,23	68.040.010,10	76.563.292,33
DESPESAS DE CAPITAL	523.315,15	50.040.089,14	50.563.404,29
Investimentos	523.315,15	50.040.089,14	50.563.404,29
TOTAL	9.046.597,38	118.080.099,24	127.126.696,62

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BF 5. Foram pagos em 2022 o montante de **R\$ 106,7** milhões de restos a pagar do exercício de 2021 e anteriores, sendo **R\$ 15,6** milhões de restos a pagar processados e **R\$ 91** milhões de restos a pagar não processados.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DEMONSTRATIVO DOS RP PAGOS EM 2022			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	5.118.561,22	28.660.123,42	33.778.684,64
Pessoal e Encargos Sociais	5.118.561,22	28.660.123,42	33.778.684,64
DESPESAS DE CAPITAL	10.554.493,12	62.395.855,38	72.950.348,50
Investimentos	10.554.493,12	62.395.855,38	72.950.348,50
TOTAL	15.673.054,34	91.055.978,80	106.729.033,14

FONTES: FIPLAN/FIP 215A

BF 6. O saldo financeiro em 2022, para o exercício seguinte foi no montante de **R\$ 715,9** milhões, um crescimento de **R\$ 246,5** milhões em relação a 2021, distribuídos nas seguintes fontes:

DETALHAMENTO DO SALDO EM ESPÉCIE POR FONTE DE RECURSO			
FONTE	DESCRIÇÃO	31.12.2022	31.12.2021
100/300	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	1.612.894,45	-
240/640	RECURSOS PRÓPRIOS	714.291.085,20	469.375.943,68
888	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	38.823,28	37.186,97
TOTAL		715.942.802,93	469.413.130,65

FONTES: FIPLAN/FIP 215A

Balanco Patrimonial:

BP 1. Os elementos patrimoniais são apresentados considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as partes II e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Ainda, em atendimento ao artigo 105 da Lei 4320/64, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar ativo e passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, é apresentado quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

BP 2. O Balanço Patrimonial é composto, nessa nova estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Estadual - STN, em 4 quadros: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 3. O ativo circulante teve um crescimento de **R\$ 246,5** milhões, representando 52,52%, impulsionado pelo crescimento do item Caixa e equivalente de Caixa.

DETALHAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	715.942.802,93	469.413.130,65	52,52%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-	936,67	-100,00%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	514,73	-	100,00%
ESTOQUES	-	-	0,00%
TOTAL	715.943.317,66	469.414.067,32	52,52%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 4. O disponível em caixa e equivalente de caixa apresentou, em relação à 2021, um crescimento de 52,52%, representando **R\$ 246,5** milhões, decorrente do aumento das receitas em decorrência do excesso de arrecadação das receitas citadas nos comentários do Balanço Orçamentário.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CONTA ESPECIAL - BANCO DO BRASIL (F)	715.942.802,93	469.413.130,65	52,52%
TOTAL	715.942.802,93	469.413.130,65	52,52%

FONTE: FIPLAN/FIP 215A

BP 5. Os créditos de curto, referente a dívida não tributária, reduziu 100%, no valor de 936,67, não havendo mais registros de direito a receber inscrito em dívida ativa em 2022.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS DE CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Dívida Ativa não Tributária	-	936,67	-100,00%
TOTAL	-	936,67	-100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 6. Os demais créditos e valores a receber de curto, referente aos valores de receita própria arrecadada pelo Tesouro a repassar, teve um aumento de 100%, no valor de R\$ 514 reais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DETALHAMENTO DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Outras Receitas Próprias a Receber (F)	514,73	0,00	100,00%
TOTAL	514,73	0,00	100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 7. O ativo não circulante em 2022, no montante de **R\$ 18,8** milhões, sofreu um aumento, em relação a 2021, de 7,9%, equivalente a **R\$ 1,377** milhão, centralizada no grupo de ativo realizável a longo prazo.

DETALHAMENTO DO ATIVO NAO-CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	18.802.023,58	17.424.883,94	7,90%
TOTAL	18.802.023,58	17.424.883,94	7,90%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 8. O aumento de **R\$ 1,3** milhão, no ativo realizável a longo prazo é decorrente de **R\$ 496** mil, equivalente a 15,28%, de dívida ativa tributária e **R\$ 880** mil de dívida ativa não tributária, correspondendo a 6,21% de crescimento.

DETALHAMENTO DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.745.292,04	3.248.925,15	15,28%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	15.056.731,54	14.175.958,79	6,21%
TOTAL	18.802.023,58	17.424.883,94	7,90%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 9. O passivo circulante no montante de **R\$ 10,7** milhões apresentou uma redução, em relação a 2021, de 31,51%, no valor de **R\$ 4,9** milhões, concentrado no grupo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, que reduziram **R\$ 7** milhões. Destaque para as demais obrigações que teve um crescimento de 237,12%, equivalente a **R\$ 2** milhões.

DETALHAMENTO DO PASSIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.780.625,43	14.826.615,33	-47,52%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.978.861,52	883.625,98	237,12%
TOTAL	10.759.486,95	15.710.241,31	-31,51%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 10. O item fornecedores e contas a pagar de CP teve uma redução de **R\$ 7 milhões**, equivalente a 47,52%, decorrência da conta fornecedores nacionais que sofreu redução nesse montante.

DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CP			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
FORNECEDORES NACIONAIS A CP - CONSOLIDAÇÃO	7.779.268,55	14.826.296,38	-47,53%
FORNECEDORES NACIONAIS A CP - INTRA	955,11	-	100,00%
FORNECEDORES NACIONAIS A CP - UNIÃO	401,77	318,95	25,97%
TOTAL	7.780.625,43	14.826.615,33	-47,52%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 11. As demais obrigações a curto prazo apresentaram crescimento de 237,12%, equivalente a **R\$ 2 milhões**, reflexo, principalmente, do aumento dos depósitos de diversas origens, no valor de **R\$ 1,6 milhão**, referente ao passivo de consignações tributárias.

DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	2.978.861,52	883.625,98	237,12%
CONSIGNAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	871.458,08	388.146,14	124,52%
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	38.823,28	37.186,97	4,40%
CONSIGNAÇÕES - INTRA	96.628,97	67.694,06	42,74%
CONSIGNAÇÕES - INTER UNIÃO	-	241.821,92	-100,00%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTER UNIÃO	1.612.894,45	-	100,00%
CONSIGNAÇÕES - INTER MUNICÍPIOS	359.056,74	148.776,89	141,34%
TOTAL	2.978.861,52	883.625,98	237,12%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

BP 12. O patrimônio líquido de 2022 de **R\$ 723,9 milhões** teve um aumento de 53,67%, em relação a 2021, equivalente a **R\$ 252,8 milhões**, sendo esse valor referente ao resultado superavitário do exercício.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-	0,00%
RESERVAS DE LUCROS	-	-	0,00%
RESULTADOS ACUMULADOS	723.985.854,29	471.128.709,95	53,67%
TOTAL	723.985.854,29	471.128.709,95	53,67%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

BP 13. As inscrições das despesas em restos a pagar são efetuadas em contas da classe de controle da Execução do Planejamento e Orçamento (6). Os Restos a pagar processados, não processados em liquidação e os restos a pagar não processados liquidados a pagar, além do registro na classe 6, grupo 3 (6.3) já constam no passivo patrimonial do Balanço Patrimonial, pois o fato gerador já ocorreu. Diferentemente os restos a pagar não processados a liquidar somente constam na classe 6.3, não havendo nenhum registro no passivo de natureza patrimonial (classe 2).

BP 14. Os restos a pagar não processados a liquidar constam no passivo financeiro do “QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES”, mas não compõem o passivo patrimonial do quadro principal do Balanço Patrimonial. Assim a conciliação entre o saldo patrimonial do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial segue abaixo:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BP) X SALDO PATRIMONIAL (QUADRO AP FINANCEIRO E PERMANENTE)			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BP (I)	723.985.854,29	471.128.709,95	53,67%
RP NÃO PROC DE EX. ANTERIORES A LIQUIDAR (I)	17.349.678,37	3.014.924,19	475,46%
RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO A LIQUIDAR (II)	12.425.676,61	39.923.474,80	-68,88%
RP NÃO PROC EM INSCRIÇÃO A LIQUIDAR (III)	118.080.099,24	104.282.285,16	13,23%
SUBTOTAL DOS RESTOS A PAGAR (IV = I + II + III)	147.855.454,22	147.220.684,15	0,43%
SALDO PATRIMONIAL (V = I + IV)	576.130.400,07	323.908.025,80	77,87%

FONTE: FIPLAN/FIP 215/BP/DVP

Demonstração das Variações Patrimoniais

DVP 1. A movimentação intraorçamentária está incorporada na Demonstração das Variações Patrimoniais e integram os saldos das contas patrimoniais.

DVP 2. As variações patrimoniais aumentativas tiveram um aumento de 32,26%, equivalente a **R\$ 123,6** milhões, sendo que os grupos que mais contribuiu para esse resultado foram o de Exploração, venda de bens, serviços e direitos e das Variações Patrimoniais aumentativas Financeiras com um aumento de **R\$ 59** milhões e **R\$ 66,7** milhões, respectivamente.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	195.200.748,39	189.033.911,02	3,26%
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	159.667.457,90	100.635.146,99	58,66%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	81.288.886,14	14.526.627,78	459,59%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	1.654.706,08	3.103.378,38	-46,68%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	69.289.810,76	76.114.042,42	-8,97%
TOTAL	507.101.609,27	383.413.106,59	32,26%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

DVP 3. O grupo de Impostos taxas e contribuições de melhorias teve um crescimento de **R\$ 6,2 milhões**, referente ao aumento nas taxas judiciárias.

IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
TAXAS JUDICIÁRIAS	195.200.748,39	189.033.911,02	3,26%
TOTAL	195.200.748,39	189.033.911,02	3,26%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

DVP 4. O grupo de variações aumentativas financeiras teve um aumento de 459%, representando **R\$ 66,7 milhões** de 2021 para 2022, sendo integralmente consequência do aumento dos rendimentos das aplicações financeiras, em decorrência da taxa de SELIC, mudança na modalidade de Aplicação e do maior volume de recursos na conta, referente ao superávit financeiro.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
JUROS E ENCARGOS DE MORA	14.201.784,49	927.960,93	1430,43%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	67.087.101,65	13.598.666,85	393,34%
TOTAL	81.288.886,14	14.526.627,78	459,59%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

DVP 5. A VPA de ganhos com ativos e desincorporação de passivos reduziu R\$ 1,448 bilhão de 2021 para 2022, em decorrência da redução da inscrição da dívida ativa, devido a implementação de vários projetos na inscrição em Protesto dos valores pendentes, o que trouxe retorno do crédito referente ao saldo devedor de Custas, pois o devedor sanou o débito, em virtude da restrição do CPF ou do CNPJ.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.596.313,84	3.103.378,38	-48,56%
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	58.392,24	-	100,00%
TOTAL	1.654.706,08	3.103.378,38	-46,68%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 6. As outras Variações aumentativas apresentaram redução de 8,97%, equivalente a **R\$ 6,8** milhões, concentrado no item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas no montante de **R\$ 6,7** milhões.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
MULTAS ADMINISTRATIVAS	-	9.007,76	-100,00%
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	45.559,62	100.602,34	-54,71%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	69.244.251,14	76.004.432,32	-8,89%
TOTAL	69.289.810,76	76.114.042,42	-8,97%

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

DVP 7. As variações patrimoniais diminutivas tiveram um aumento 21,17%, equivalente a **R\$ 44,4** milhões, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo que reduziu **R\$ 38,2** milhões.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	-	476.905,00	-100,00%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	233.569.950,46	195.289.851,22	19,60%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.978.212,54	4.266.474,63	16,68%
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC.PASSIVOS	1.075.819,75	927.024,26	16,05%
TRIBUTARIAS	11.941.170,44	8.859.733,75	34,78%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.679.311,74	-	100,00%
TOTAL	254.244.464,93	209.819.988,86	21,17%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 8. A despesa com Pessoal e encargos, teve uma redução de R\$ 476 mil, em decorrência da mudança de registro das verbas indenizatórias.

PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	-	476.905,00	-100,00%
TOTAL	-	476.905,00	-100,00%

FONTE: FIPLAN/FIP 215



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DVP 9. O grupo de uso de bens, serviços e consumo aumentou em 19,6%, representando em termos nominais **R\$ 38,6** milhões, sendo que item serviços de terceiros pessoa física e jurídica foi o grande responsável pelo aumento, apresentando um crescimento de **R\$ 37,9** milhões.

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.822.569,45	1.494.486,15	21,95%
SERVICOS	231.747.381,01	193.795.365,07	19,58%
TOTAL	233.569.950,46	195.289.851,22	19,60%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 10. No grupo de transferências e delegações concedidas houve um aumento de **R\$ 711 mil**, equivalente a 16,68%, estando esse aumento concentrado nas transferências intragovernamentais.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.918.212,54	4.196.474,63	17,20%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	60.000,00	70.000,00	-14,29%
TOTAL	4.978.212,54	4.266.474,63	16,68%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 11. A variação patrimonial diminutiva tributária aumentou em **R\$ 3** milhões, todo o aumento está concentrado no item impostos, refletindo o aumento do reconhecimento patrimonial da despesa relativa aos tributos federais.

VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA TRIBUTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
IMPOSTOS	11.941.170,44	8.848.446,92	34,95%
TOTAL	11.941.170,44	8.848.446,92	34,95%

FONTE: FIPLAN/FIP 215

DVP 12. As demais variações patrimoniais diminutivas tiveram um acréscimo de **R\$ 2,6** milhões, representando 100%, em decorrência do aumento das despesas de indenizações, decorrente da alteração do registro das verbas indenizatórias e auxílio alimentação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO - FUNAJURIS

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.679.311,74	-	100,00%
TOTAL	2.679.311,74	0,00	100,00%

FONTES: FIPLAN/FIP 215

DVP 13. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em **R\$ 257,8** milhões, sendo que as variações patrimoniais foram de **R\$ 507,1** milhões e as variações patrimoniais diminutivas alcançaram um montante de **R\$ 254,2** milhões.

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
DESCRIÇÃO	31/12/2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	507.101.609,27
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	195.200.748,39
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	159.667.457,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	81.288.886,14
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	1.654.706,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	69.289.810,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	254.244.464,93
PESSOAL E ENCARGOS	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	-
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	233.569.950,46
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4.978.212,54
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INC. PASSIVOS	1.075.819,75
TRIBUTÁRIAS	11.941.170,44
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.679.311,74
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	252.857.144,34

FONTES: FIPLAN/FIP 215

ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante - DDF

DDF 1. A posição das contas entre o anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro, apresentado no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos financeiros e Permanentes é equivalente, de forma que ambos apresentam o valor de **R\$ 158,6** milhões.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DDF 2. Os restos a pagar, nesse demonstrativo, são apresentados em separado os restos a pagar principal das consignações. As consignações são demonstradas dentro do grupo “DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES”.

DDF 3. Na coluna de inscrição consta o total de RP processados em inscrição no montante de **R\$ 9** milhões, sendo que **R\$ 7,7** milhões na linha RP do exercício e **R\$ 1,3** milhão na linha consignações do exercício. Já os restos a pagar não processados constam na linha RP não processados do exercício, no montante de **R\$ 118** milhões.

DDF 4. Os restos a pagar não processados liquidados em 31 de dezembro de 2022 aparecem na coluna Saldo do Exercício Anterior como processado, estando em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, que orienta a transferência dos restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.

DDF 5. Conforme quadro resumo foram cancelados, no exercício de 2022, o montante de **R\$ 26,3** milhões de restos a pagar não processados.

DDF 6. No exercício de 2020 foi desenvolvido o relatório FIP 631 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados, com o objetivo de evidenciar as motivações para o cancelamento de Restos a pagar processados, evidenciando que não houveram cancelamentos, pelo Fundo, de RP processados.

ANEXO 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa – DFC

DFC 1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC demonstra os montantes de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o exercício e o resultado desse fluxo. Assim, a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

DFC 2. A DFC foi elaborada de acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IPC 08;

DFC 3. Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

DFC 4. Em Mato Grosso a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”, apurado no Balanço Financeiro, de forma que em 2022, o resultado apurado foi positivo em **R\$ 246,5** milhões, representando um aumento de **R\$ 38,8** milhões, em relação ao mesmo período de 2021, quando o resultado foi positivo em **R\$ 207,6** milhões, conforme tabela a seguir.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	365.674.157,67	261.643.435,32	39,76%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	- 119.144.485,39	- 53.984.574,91	0,00%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	0,00%
TOTAL	246.529.672,28	207.658.860,41	18,72%

FONTE: FIPLAN/DFC

DFC 5. No fluxo das atividades operacionais, onde fica evidente a capacidade do órgão em financiar suas atividades correntes sem recorrer a fontes externas de financiamento, o Fundo apresentou um acréscimo de 39,76%, equivalente a **R\$ 104** milhões no exercício de 2022, se comparado com o exercício anterior, totalizando um fluxo positivo, em 31 de dezembro, de **R\$ 365,6** milhões.

DFC 6. Enquanto os ingressos operacionais cresceram **R\$ 149,9** milhões os desembolsos operacionais cresceram **R\$ 45,9** milhões, gerando um decréscimo no fluxo de caixa líquido operacional **de R\$ 104** milhões de 2021 para 2022.

DFC 7. O crescimento dos ingressos, no valor de **R\$ 149,9** milhões, foram impulsionados pelo aumento da receita de serviços, remuneração de depósitos e Outras receitas derivadas e Originais, que cresceram **R\$ 58,9** milhões, **R\$ 53,4** milhões e **R\$ 183,7** milhões, respectivamente.

DFC 8. Destaca-se na parte dos desembolsos o crescimento de **R\$ 43,6** milhões de despesas de pessoal, em relação ao exercício de 2021, aumento esse devido à concessão do RGA e aumentos salariais.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Ingressos (I)	623.229.032,20	473.283.565,41	31,68%
Receita Tributária	207.831.282,91	178.771.115,82	16,26%
Receita Patrimonial	371.790,13	327.106,99	13,66%
Receita de Serviço	159.295.667,77	100.308.040,00	58,81%
Remuneração das disponibilidades	67.087.101,65	13.598.666,85	393,34%
Outras Receitas Derivadas e Originais	183.707.994,54	-	100,00%
Outros ingressos operacionais	4.935.195,20	180.278.635,75	-97,26%
Desembolso (II)	257.554.874,53	211.640.130,09	21,69%
Pessoal e demais despesas	251.666.644,91	208.054.763,88	20,96%
Transferências concedidas	2.508.658,21	0,00	100,00%
Outros desembolsos operacionais	3.379.571,41	3.585.366,21	-5,74%
TOTAL (III = I - II)	365.674.157,67	261.643.435,32	39,76%

FORNE: FIPLAN/DFC

DFC 9. Os outros ingressos operacionais, representados pelas movimentações extraorçamentárias tiveram uma redução de 97,26%, totalizando **R\$ 175,3** milhões, impactado pelo decréscimo das transferências financeiras reflexo do excesso de arrecadação.

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Transferência Financeira	-	-	0,00%
Movimento Extraorçamentário	4.935.195,20	180.278.635,75	-97,26%
TOTAL	4.935.195,20	180.278.635,75	-97,26%

FORNE: FIPLAN/DFC

DFC 10. Os outros desembolsos operacionais, compostos das movimentações extraorçamentárias, tiveram um acréscimo de 100%, representando em valores nominais uma redução de **R\$ 3,3** milhões.

DFC 11. O aumento de **R\$ 3,3** milhões, em relação a 2021, no movimento extraorçamentário, foi em decorrência do crescimento dos depósitos de diversas origens.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA FINANCEIRA
FUNDO DE APOIO AO JUDICIÁRIO – FUNAJURIS

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Transferência Financeira	-	-	0,00%
Movimento Extraorçamentário	3.379.571,41	-	100,00%
TOTAL	3.379.571,41	-	100,00%

FONTE: FIPLAN/DFC

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

ESTELA FERNANADA PEREIRA
Contador CRC N° 009981/O-1/MT.